



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ATA DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA NO DIA 7 DE MAIO DE 2025, ÀS 16H, NO PLENARINHO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas, reuniram-se membros das Comissões Permanentes, representantes do Poder Executivo, servidores da Casa e demais vereadores, a fim de discutirem acerca dos Projetos em tramitação, a reunião iniciou passando a palavra para o Secretário Municipal da Fazenda Deosdete Aparecido Vechiato para que fizesse a explanação do Projeto de Lei nº 60/2025, com a palavra, o representante do Executivo informou que se trata de uma abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) proveniente de superávit financeiro e destinado à aquisição de equipamentos de material permanente a serem utilizados na Clínica Veterinária Veterinária Meu Pet dentro da Secretaria do Bem-Estar Animal, foi informado ainda que, uma Emenda Modificativa à proposta em análise foi encaminhada, com vistas a alterar o caput do art.1º corrigindo os anexos do PPA que serão adequados via abertura de crédito, assim como para encaminhar os demonstrativos de tais anexos constando a situação atual e posterior à aprovação da lei, o senhor Deosdete destacou que tal medida foi necessária, após os questionamentos e reivindicações realizados pelos vereadores Cabo Renato Abdala e Dr. Leandro em Audiência Pública, após demais considerações e por não haver mais óbices quanto ao prosseguimento do projeto em questão, este recebeu seus pareceres favoráveis, logo em seguida e aproveitando o ensejo, a palavra foi passada ao contador da Autarquia Municipal Saev Ambiental, o senhor Alexandre Venâncio de Lima, para explicar que, em virtude da Audiência citada pelo Secretário da Fazenda, foi reapresentada a abertura de crédito especial no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), por meio do recém protocolado Projeto de Lei nº 64/2025, agora devidamente acompanhado dos documentos e demonstrativos necessários, mantendo o mesmo objetivo, isto é, crédito proveniente de superávit financeiro, destinado à extensão de rede de abastecimento de água, no prolongamento da Av. Nasser Marão e interligação do sistema oeste com o V Distrito Industrial, bem como à implantação de Válvulas Redutoras de Pressão (VRP), localizadas na Avenida João de Oliveira Santos, bairro Parque Boa Vista e Avenida Emílio Arroyo Hernandes, bairro Parque das Nações II, realizadas todas observações, em virtude do projeto ainda não ter sido lido em expediente, acordou-se que a proposta será novamente explicada em Audiência Pública, assim como poderá entrar na próxima pauta de Ordem do Dia, por requerimento de dois terços dos membros da Câmara, seguidamente, aproveitando a presença dos representantes do Executivo, foram analisados os Projetos de Lei nºs 62 e 62/2025, que autorizam o repasse de recursos próprios do Município a entidades sem fins lucrativos, por meio de termo de colaboração e/ou fomento e nos termos de Leis Federais, isto é, respectivamente, recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício de 2025 e em parcela única às entidades Caminho de Damasco, Irmão Mariano Dias, Casa da Criança, Centro Social de Votuporanga – Simonsen, Lar Celina, Comunidade São Francisco de Assis, Recanto Tia Marlene, APAE, Lar São Vicente de Paulo de Votuporanga, Viver Bem, Irmãos de Emaús - Casa de Passagem e Irmãos de Emaús - Abrigo Institucional e também, recursos financeiros, no montante de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), no exercício de 2025 e em até sete parcelas, à Associação Cultural Zequinha de Abreu, feita as apresentações, foi questionado acerca da ausência em anexo aos processos dos Planos de Trabalho apresentados pelas entidades beneficiadas, o Assessor de Gabinete Jurandir B. da Silva afirmou que serão providenciados e encaminhados à Casa de Leis na maior brevidade possível, por não haver vícios quanto à constitucionalidade e/ou legalidade e por ser de grande interesse da população que tais entidades continuem prestando os seus serviços à nossa comunidade, os respectivos pareceres foram exarados pelo prosseguimento, logo após, foi novamente discutido o Projeto de Lei Complementar nº 12/2025, que altera a Lei Complementar nº 540, de 28 de maio de 2024, buscando criar 2 funções gratificadas para execução de serviços especiais alheios às atribuições do cargo efetivo, isto é, para quem executar serviços de diagnóstico de falhas, testes de pressão e vazamento, limpeza e higienização, instalação, manutenções e reparos em sistemas de ar condicionado, bem como possuir o certificado necessário, feita a reapresentação e por ainda restar dúvidas a serem sanadas, a proposta legislativa permaneceu em aguardo de mais discussões e de seus respectivos pareceres, em contrapartida, foram os presentes lembrados que já se encontra com seus pareceres pelo prosseguimento, o

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Projeto de Lei Complementar nº 13/2025, que dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 523, de 6 de fevereiro de 2024, visando alterar o valor da gratificação, de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para 22% da referência salarial I - A do Anexo VI – Tabela de Vencimento instituída pela Lei Complementar nº 214, de 2 de julho de 2012, isto é, para R\$ 377,32 (trezentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos), já concedida a 7 servidores que executam o serviço de limpeza e roçagem de logradouros públicos e próprios do Município, assim como conceder para mais 8 servidores, em ato contínuo, discutiu-se novamente o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 21/2025, de autoria da vereadora Natiele Gama, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da classificação indicativa em eventos culturais e diversões abertos ao público no município, com a palavra, a Procuradora Legislativa informou que, resumidamente, após análise e estudo do processo, entendeu ser inconstitucional a matéria, em virtude de vício de iniciativa, ao dispor sobre tema já disciplinado pelo União, cuja competência é a esta reservada, feita a ponderação, a vereadora Proponente informou que, como já trazido desde a apresentação da sua proposta legislativa, é fato que o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente já traz certa obrigação ao promotor de eventos em fazer a devida divulgação da classificação indicativa, entretanto, por carecer do meio pelo qual ele cumprirá tal dever, busca disciplinar por intermédio de lei municipal os objetivos, o método e até as penalidades em caso de descumprimento, visando tão somente suplementar à legislação federal, apoiando-se nas orientações do “Guia Prático da Classificação Indicativa” já elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, posto isso, a autora, como também relatora da Comissão de Justiça e Redação informou que estudará com seus pares o processo legislativo e todas as informações trazidas, para que possam tão logo se manifestar, por meio de parecer, continuamente, foi informado novamente que o Projeto de Lei nº 44/2025, de autoria do vereador Cabo Renato Abdala, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da relação dos médicos que atendem na rede municipal de saúde, já está com seus pareceres favoráveis e devidas alterações, logo depois, discutiu-se novamente o Projeto de Lei nº 46/2025, de autoria do vereador Emerson Pereira, que dispõe sobre a permanência do profissional de fisioterapia nas maternidades públicas e privadas do município de Votuporanga, buscando assegurar a toda gestante no Município de Votuporanga o direito ao acompanhamento por Fisioterapeuta contratado pela gestante, pelo cônjuge/companheiro ou por seus familiares durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto, em maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, feita a reapresentação, por já estar com o parecer favorável da Procuradoria Legislativa, as comissões pertinentes ao processo também exararam os pareceres pelo prosseguimento, destacando que, dispor sobre serviços de atendimento à saúde da população, com vistas a suplementar legislações estadual e federal, trata-se de matéria de interesse local e de iniciativa concorrente, podendo ter seu mérito e viabilidade analisados pelo Plenário desta Casa de Leis, logo após, foi recordado que também encontra-se com os devidos pareceres, o Projeto de Lei nº 47/2025, de autoria do vereador Emerson Pereira, que dispõe sobre a instituição da campanha "REPASSE O BEM", cujo objetivo é instituir uma campanha em nosso Município, por meio das doações de bens servíveis, que promova a dignidade e uma melhor qualidade de vida à pessoa ou família em situação de vulnerabilidade social, após, foi reapresentado o Projeto de Lei nº 54/2025, de autoria do vereador Cabo Renato Abdala, que dispõe sobre a destinação de 5% de moradias populares de programas habitacionais às mulheres vítimas de violência doméstica, por ainda estar em análise pela Procuradoria Legislativa, permaneceu em aguardo de mais discussões, assim como o Projeto de Lei nº 55/2025, de autoria da vereadora Débora Romani, que dispõe sobre a alteração dos incisos I e II do §1º do art. 1º da Lei nº 4.936, de 19 de abril de 2011, cujo objetivo é incluir no pagamento da gratificação da atividade delegada os Delegados e demais profissionais da Polícia Civil, seguidamente, foi apresentado o Projeto de Lei nº 59/2025, de autoria dos vereadores Cabo Renato Abdala e Sargento Moreno, que inclui o art. 12-A na Lei nº 6.473, de 27 de novembro de 2019, que regulamenta o serviço de transporte de passageiros por aplicativo em nossa cidade, buscando disciplinar que, a solicitação de alteração/substituição de veículos já cadastrados, não impedirá a continuidade da prestação do serviço até que haja sua homologação ou não pela Secretaria de Trânsito, por ser matéria nova em análise, esta permaneceu em aguardo de mais discussões e de seus respectivos pareceres, logo depois, foi novamente discutido o Projeto

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

de Lei Complementar nº 9/2025, de autoria do vereador O Wartão, cujo objetivo é, considerando suas Emendas Modificativa e Substitutiva, acrescentar o inciso VIII ao art. 307 da Lei nº 1.595, de 10 de fevereiro de 1977 – Código de Posturas, a fim de proibir o estacionamento de caminhão, carreta, trailer, trator, máquinas pesadas, reboque e semirreboque, de qualquer tipo e uso, no quadrilátero formado pelas ruas Tietê, Sergipe, Acre e Minas Gerais, com exceção dos caminhões de pequeno porte, conhecidos como Veículos Urbano de Carga – VUCs, sendo permitido o estacionamento de qualquer um deles para carga e/ou descarga por, no máximo, duas horas ou dos que tiverem regulamentação ou autorização especial concedida pela autoridade competente, feita a reapresentação, por ainda ser motivo de mais discussões e ainda estar em análise pela Procuradoria Legislativa, a proposta permaneceu em aguardo de mais discussões e de seus pareceres, após, foi novamente discutido o Projeto de Lei Complementar nº 14/2025, de autoria do vereador Emerson Pereira, que dispõe sobre a concessão de licença para servidores públicos responsáveis legais por crianças, para acompanhamento destas em caso de doença, com a palavra, a Procuradoria Legislativa alertou conter vício na proposta apresentada, uma vez que, em suma, o nosso Estatuto dos Servidores Públicos Municipais já disciplina em seu texto legal, mais precisamente em seu art. 99, a possibilidade de licença por motivo de doença em pessoa da família, tais como cônjuge ou companheiro, pais, filhos, padrasto, madrasta, enteado ou dependente que viva às suas expensas, limitada ao prazo de 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, podendo ser prorrogada por igual período, ademais, foi observado que, ainda que não houvesse previsão em lei municipal semelhante à proposta legislativa em análise, esta estaria incorrendo em vício de iniciativa, tendo em vista que a nossa Lei Orgânica Municipal disciplina como de iniciativa privativa do Prefeito, lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores municipais, diante disso, a Comissão de Justiça e Redação seguiu o mesmo entendimento, recomendando pela retirada da proposta e encaminhamento ao Poder Executivo de um anteprojeto elevando o limite de dias da licença em questão, assim como, com base no §3º do art. 37 do nosso Regimento Interno, pela rejeição da matéria e devolução à Presidência desta Casa de Leis, para que tome as providências regimentais que se fizerem necessárias, seguidamente, foi novamente discutido o Projeto de Lei Complementar nº 15/2025, de autoria do vereador Dr. Leandro, que revoga o art.103-C da Lei nº 1.595, de 10 de fevereiro de 1977 - Código de Posturas, cujo objetivo é revogar a proibição de comercialização de bebidas alcoólicas por determinados equipamentos que comercializam alimentos, tais como, trailers, carrinhos, tabuleiros, barracas e/ou veículos automotores, buscando desburocratizar, incentivar o desenvolvimento econômico local e, principalmente, garantir o direito fundamental ao trabalho e à livre concorrência aos pequenos empreendedores, por ser motivo de mais discussões e por ainda estar em análise pela Procuradoria Legislativa, a proposta legislativa permaneceu em aguardo de seus respectivos pareceres, em ato contínuo, observou-se mais uma vez que o Projeto de Resolução nº 2/2025, de autoria do vereador Dr. Leandro, que dispõe sobre a criação de comissão especial destinada à realização de estudos para a viabilidade da instituição da polícia municipal no município de Votuporanga, já se encontra com o seu parecer favorável, sendo novamente recomendado o aguardo para sua apreciação, haja vista que seu objetivo está correlato com o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2025, de autoria dos vereadores Dr. Leandro, Emerson Pereira, Marcos Rogério Braz, Natielli Gama, Vilmar Ferreira da Silva e Walter José dos Santos, que busca alterar a possibilidade de haver “Guarda Municipal” pela criação da “Polícia Municipal”, uma vez que a proposta legislativa permanece sem o parecer da Comissão de Justiça e Redação, já que esta resolveu aguardar, mesmo já com o parecer contrário da Procuradora Legislativa, a interposição de agravo no Tribunal de Justiça quando à decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino em sentido contrário à troca da nomenclatura, finalmente, foi lembrado que também está com seu devido parecer pelo prosseguimento, o Projeto de Resolução nº 4/2025, de autoria dos vereadores Dr. Leandro e O Wartão, que dispõe sobre do Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga, buscando elevar o número de outorgas de honrarias, isto é, a concessão de título de Cidadão Votuporanguense ou insígnia de honra ao mérito de duas para quatro vezes por legislatura para cada vereador. Sem haver mais nada a ser discutido, a deliberação foi finalizada e a reunião foi encerrada, ficando os projetos com pareceres exarados aptos para deliberação em Plenário e podendo, pelo Presidente da Câmara, serem pautados na próxima Sessão Ordinária. Fica registrada a

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ausência aceita e justificada do membro de comissões permanentes, vereador Dr. Leandro, que assinará digitalmente os pareceres necessários de forma eletrônica. Nada mais a constar, Eu, Larissa Marta Silva Cardoso, Secretária de Coordenação de Comissões Permanentes, lavro a presente ata que vai assinada pelos Vereadores de suas respectivas Comissões, bem como demais Vereadores presentes. Votuporanga, data supra. (A PRESENTE ATA É UM BREVE RESUMO DA REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA NA DATA DE 7 DE MAIO DE 2025)

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

